

Eficaz ou não?

JORNAL DE BRASÍLIA
Eis a questão

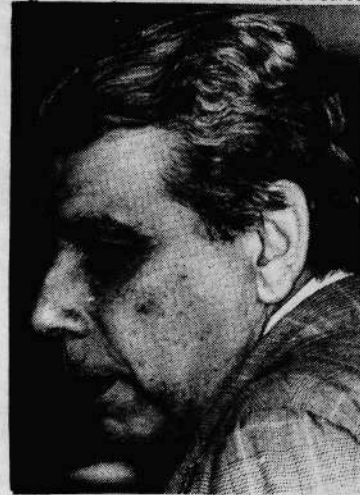
Joaquim Falcão

Já foi dito que as gerações são julgadas não pela capacidade de formular ideais, mas pela capacidade de transformar ideais em realidade. Em prática social concreta. Em outras palavras: a atual geração de brasileiros não será julgada por sua capacidade de formular uma Constituição ideal, mas pela capacidade de formular uma Constituição que possa ser cumprida. E que de fato seja cumprida. Por todos. No Nordeste ou no extremo Sul. Pelos empresários e pelos trabalhadores. Pelo branco, pelo negro e pelo índio. O que está realmente em jogo é a eficácia da lei, da futura Constituição. Este o maior desafio a enfrentar. Ao contrário do que parece, a eficácia de uma Constituição não é apenas tarefa para depois. Não é apenas tarefa dos órgãos encarregados de fazer cumprir a lei. Esta é tarefa importante. Mas não será nunca suficiente. A eficácia da Constituição começa a se decidir antes. Começa a se decidir no próprio momento em que ela começa a ser formulada. Ou seja, começa hoje. Dois motivos principais mostram que a eficácia da Constituição é um desafio de logo agora. E não de depois de amanhã. O primeiro motivo é claro para qualquer cidadão. Quanto mais participamos de uma decisão, mais nos sentimos naturalmente responsáveis por ela. A participação é a contrapartida da responsabilização. Só nos sentimos mais responsáveis pela decisões que participamos mais diretamente. Neste momento, participar é debater, discutir, divergir, dialogar e propor. A defesa hoje da Constituição como um processo que desagua no Congresso, mas que antes permeia todas as escolas, universidades, fábricas, escritórios e bares é condição necessária para a eficácia constitucional de amanhã. O outro motivo diz respeito ao risco da utopia legislativa. O risco de se imaginar um Brasil utópico e incorporá-lo no texto constitucional. Se tal ocorrer, a frase de Gilberto Amado fará sentido: "Querer ser mais do que se é, é ser menos". Querer hoje uma Constituição maior do que nossa capacidade de implementá-la é desde logo condená-la a ser lei menor.

* Joaquim Falcão é chefe de gabinete do Ministério da Justiça e membro da Comissão

Líder rebate Antônio Ermírio

Ass. Constitucional - 4 SET 1985



Pimenta lamentou as críticas de Ermírio ao Congresso

Empresário pede dignidade

O presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, afirmou que as iniciativas democráticas, como a instalação da Comissão de Estudos Constituintes, chocam-se com o comportamento antagônico do Congresso Nacional, que estaria suscitando em demasia temas controversos. "O exemplo tem que vir de cima, mas o que o Legislativo está fazendo é exatamente a anti-democracia". Diante das declarações contrárias de Antônio Ermírio, alguns parlamentares estariam estudando a possibilidade de processá-lo judicialmente.

O empresário revelou que sonha com um Legislativo composto pela elite pensante de todos os segmentos da sociedade, mas que isso não significa dar preferência aos intelectuais. "Precisamos tão somente daqueles que possuem apenas a universidade da vida, mas que têm dignidade". Salientou que só o tempo poderá dizer se a Assembleia Nacional Constituinte deve ter suas atribuições fundidas as do Congresso Nacional. Mostrando visíveis sinais de

preocupação quanto à ética pessoal, já que a toda pergunta respondia que não poderia se antecipar ao que seria determinado pelo professor Afonso Arinos. Antônio Ermírio disse que a hora é de analisar e estudar as propostas, e não de fazer reivindicações. "Eu não reivindico nada. Não quero me adiantar porque depois vão dizer alguma coisa. Não tenho condições de prestar nenhuma declaração agora. Eu estou sendo honesto". Acrescentou que as sugestões sobre o que deve constar na nova Constituição em termos de atividade econômica serão discutidas posteriormente. "O importante agora é verificar uma forma de melhor entrosar as áreas executiva e legislativa".

Vidigal

"É evidente que não temos procuração para falar pelo povo, pois nossa missão é exatamente a de ouvi-lo". A afirmação é do industrial paulista Luís Eulálio Bueno Vidigal, membro da Comissão de Estudos sobre a Constituinte, abominando o rótulo conferido ao grupo de não possuir representatividade.

"Agredir o Congresso como instituição é uma ação desagregadora e que vem em desfavor da democracia. Lamento muito as declarações do empresário Antônio Ermírio de Moraes, de quem sou admirador. Ele não deve fazer ataques sem procedência, porque isso não contribui para a democracia".

As afirmações são do líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, que rebateu ontem, duramente, as declarações do empresário Antônio Ermírio de Moraes publicadas no caderno especial do Jotabê de domingo, para quem "falta dignidade ao Congresso Nacional porque é inadmissível legislar em causa própria". Ermírio de Moraes diz ainda que "um homem que vai para o Congresso tem que ser um patriota".

Apesar de ter esclarecido que não leu "pessoalmente as declarações do empresário", e que delas só tomou conhecimento "através de terceiros", o deputado Pimenta da Veiga considerou essas declarações, nos termos que lhe chegaram, "extremamente infelizes, de alguém que desconhece a atividade parlamentar".

"Ele desconhece, por exemplo, que o Congresso Nacional é o maior defensor dos interesses nacionais e que certamente tem sabido defender a própria empresa nacional, em cujo contexto se destaca as próprias empresas de Antônio Ermírio. Esses ataques impropriedades não contribuíram para a democracia, que eu sei que ele quer defender".

"O Congresso Nacional — prosseguiu Pimenta — pode ter seus erros, seus vícios, e certamente os terá. Até porque nós vivíamos um período de autoritarismo. Mas agora, no renascer da democracia, é preciso que todos se adaptem a esses novos tempos. Mas daí, agredir o Congresso como instituição, é uma ação desagregadora o que vem em desfavor da democracia".